



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sumário

Relatório da Administração	03
Composição do Conselho de Administração	06
Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário	07
Parecer do Conselho Fiscal	08
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	09
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	12
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	13
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Demonstrações dos valores adicionados	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração

O ano de 2021 marca a consolidação do planejamento estratégico da Companhia, apoiado em um Plano de Negócios estruturado que visa fortalecer a cultura de inovação e a busca pela eficiência de gestão, expansão da mobilidade com modelos sustentáveis e, claro, a modernização operacional focando a melhoria do serviço prestado.

A diretriz é a transparência e, agora também, a cultura ASGI (Ambiental, Social, Governança e Integridade), que adotamos como orientação para a melhoria contínua dos nossos processos e para selar nossos compromissos com as boas práticas.

Somos agora participantes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral da União e mantemos os requisitos do Pacto Empresarial pela Integridade e Combate à Fraude e Corrupção, do Instituto Ethos.

São esses critérios de sustentabilidade e governança que norteiam nossos investimentos, inclusive na celebração de contratos e relacionamento com stakeholders.

A pauta da responsabilidade ambiental e social está no vetor de desenvolvimento da Companhia e é nossa contrapartida à sociedade. Em 2021, o Metrô gerou ganhos sociais equivalentes a R\$ 8,6 bilhões, evitando também a emissão de milhares de toneladas de poluentes. O balanço líquido de carbono foi de 521 mil toneladas de CO₂.

Temos a convicção de que inovar é o caminho de nossa sustentabilidade e investimos nessa cultura, com projetos em todas as áreas incentivando a transformação digital, uso de inteligência artificial e de dados para a tomada de decisões, gestão de processos, melhoria da operação e manutenção, bem como do aumento de receitas e redução de custos.

Nessa busca por novas receitas, temos o inédito *Naming Rights* do transporte público de São Paulo, em parceria com uma das grandes empresas do país. Caminhamos para a entrada do Metrô no mercado de capitais, preparando a emissão pública de debêntures simples.

O mercado também será parceiro na expansão, com nossos projetos das linhas 19-Celeste e 20-Rosa que vão considerar a exploração comercial e imobiliária para a atração de novos investimentos. Vamos consolidar um novo modelo de expansão que amplia os benefícios ao cidadão através de novos negócios e serviços.

As metas já estabelecidas vêm sendo cumpridas com significativos avanços na expansão, como nas linhas 2-Verde - uma das maiores obras da América Latina – e 17-Ouro, além da conclusão de estações nas linhas 4-Amarela e 15-Prata.

A modernização das nossas demais linhas também ocorre com a evolução da troca de sistemas e inserção de mais tecnologia, como portas de plataforma e monitoramento inteligente. Resultados já aparecem em nossa pesquisa que mostra o Metrô como o transporte mais bem avaliado de São Paulo por 84% dos pesquisados, superando o Uber (83%) e carros particulares (72%).

Nosso compromisso é o de manter o Metrô como referência, seja no campo operacional, ambiental ou corporativo.

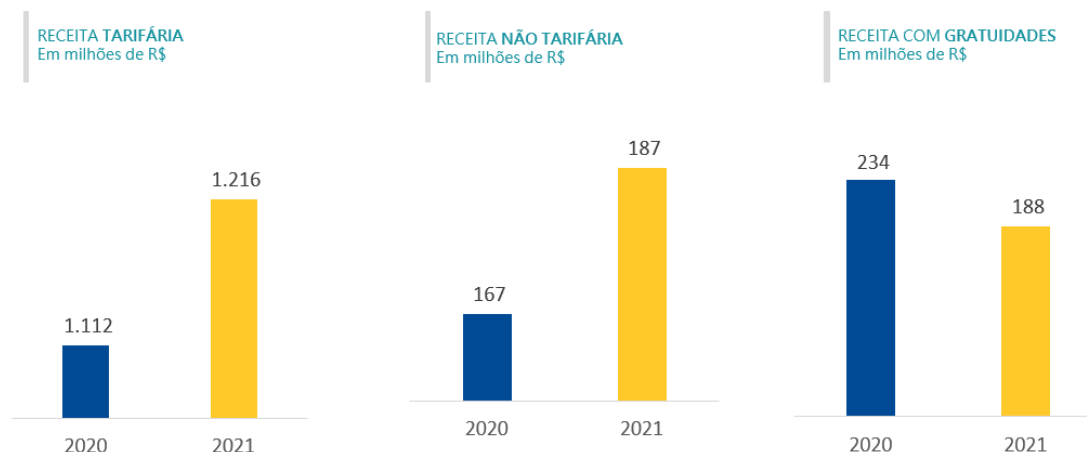
Desempenho econômico-financeiro

O Metrô de São Paulo reportou, no período, prejuízo de R\$ 759 milhões, ante R\$ 1.701 milhões em 2020, redução de 55% em relação ao período comparativo.

A receita operacional líquida foi de R\$ 1.545 no acumulado de 2021, aumento de 5,5%, comparado a 2020 que alcançou R\$ 1.465.

O principal fator para o aumento na receita operacional líquida com reflexo direto na redução do prejuízo no período foi o aumento no volume de passageiro transportado no período e a gestão nos custos operacionais.

A receita não tarifária também apresentou aumento no período comparativo com 2020, alcançando R\$ 187 milhões em 2021, ante R\$ 167 milhões em 2020, devido a retomada da atividade comercial após as restrições impostas pela pandemia da COVID-19.



A principal fonte de recursos da companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 88% da receita operacional bruta de 2021.

Foi fundamental para a redução do prejuízo no período, a eficiência na gestão de despesas da Companhia, destaque para despesas gerais e administrativas, e vendas que alcançou R\$ 585 em 2021, ante R\$ 1.081 em 2020, redução de 45,9% em relação ao período anterior.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP 2020 e 2021 ¹

O volume de passageiros transportados da Companhia aumentou em 4% em relação a 2020.

	Passageiros 2020 (milhões)(%)		Passageiros 2021 (milhões)(%)	
Transporte sobre trilhos	1.268,2	34,7	1.330,8	34,0
Metrô de São Paulo	554,4	15,2	576,4	14,7
ViaQuatro ²	110,9	3,0	110,9	2,8
ViaMobilidade ²	98,3	2,7	109,7	2,8
Trem Metropolitano – CPTM ³	504,6	13,8	533,8	13,7
Transporte sobre pneus	2.380,9	65,3	2.579,7	66,0
Ônibus Municipal – SPTRANS ⁴	1.563,2	42,9	1.672,9	42,8
Ônibus Intermunicipal – EMTU ⁵	303,0	8,3	336,0	8,6
Aeroporto e Corredor (Trólebus e Diesel)	50,6	1,4	56,6	1,4
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	252,4	6,9	279,4	7,2
Ônibus – Outros Municípios ⁶	514,7	14,1	570,8	14,6
Total de Transportes	3.649,1	100	3.910,5	100

- 1 Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento.
- 2 Fonte: CMCP - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões.
- 3 Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.
- 4 Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A.
- 5 Fonte: EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – dados estimados de Nov e Dez/21.
- 6 Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino 2017.

Rede Metroviária

No quadro abaixo, destaca-se a inauguração de duas estações em 2021, Vila Sônia na Linha 4 – Amarela e Jardim Colonial na Linha 15 - Prata:

	2020	2021
Rede Metroviária (Metrô De São Paulo, Via Quatro e Via Mobilidade)		
km de extensão	101	104,2
nº de estações	89	91
nº de linhas	6	6
Linhas Operadas pelo Metrô de São Paulo		
km de extensão	69,7	71,4
nº de estações	62	63
nº de linhas	4	4
Passageiros Transportados pelo Metrô de São Paulo		
Média nos dias úteis (milhão)	1,8	1,9
Total anual (bilhão)	0,55	0,58

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Composição do Conselho de Administração

Presidente

Oswaldo Garcia

Membros:

Almino Monteiro Álvares Affonso

Gilberto Magalhães Occhi

Gilsa Eva de Souza Costa

Marcelo Diniz de Paula Rocha

José Umberto Pereira

Luis Felipe Vidal Arellano

Ruy Martins Altenfelder da Silva

Silvani Pereira

Torquato Lorena Jardim

Wilson Pinheiro de Oliveira

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2021”) e do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Mazars Auditores Independentes SS emitido sem ressalvas, não obstante conter ênfase sobre o assunto tratado na “*Nota Explicativa nº 1.1, Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)*”, às demonstrações financeiras anuais, que apresentam informações atualizadas sobre as principais causas envolvendo a Companhia, bem como sobre a delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal”, os membros do Comitê, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomendam ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 11 de março de 2022.

Marcelo Diniz de Paula Rocha
Coordenador do CAE

Alexandre Akio Motonaga
Membro

Savério Orlandi
Membro

Silverio Crestana
Membro

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração/Integrado, Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes – MAZARS Auditores Independentes SS, e o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 18 de março de 2022.

Antonio José Imbassahy da Silva
Conselheiro Fiscal

Henrique de Castilho Pinto
Conselheiro Fiscal

Humberto Macedo Puccinelli
Conselheiro Fiscal

Tomás Bruginski de Paula
Conselheiro Fiscal

Wilson Sérgio Pedroso Júnior
Conselheiro Fiscal

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Delação premiada de ex-diretor da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, “Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)”, às demonstrações financeiras anuais, que apresentam informações atualizadas sobre as principais causas envolvendo a Companhia, bem como sobre a delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal. Com base no estágio atual das causas judiciais e baseado no conhecimento dos assuntos pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras por não haver até o momento um processo formal pelo judiciário. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório com opinião modificada em 26 de março de 2021, no que diz respeito à limitação de escopo pelo não atendimento por parte da Administração do Metrô, de todos os requisitos definidos na norma da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" sobre o ativo imobilizado, o que impossibilitou ao auditor anterior concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos, em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Relatório Integrado

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Integrado.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório Integrado e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Integrado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 18 de março de 2022.

Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:
Mauro Akio Sakano
DCA295EE54B4474...
Mauro Akio Sakano
Contador CRC 1SP143589/O-9

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 18 de março de 2022.

Silvani Pereira
Diretor-Presidente

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Cláudio Roberto Ferreira
Diretor Comercial

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente as demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 18 de março de 2022.

Silvani Pereira
Diretor-Presidente

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Cláudio Roberto Ferreira
Diretor Comercial

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.483	187.320
Títulos e valores mobiliários		6.081	8.617
Contas a receber	5	199.076	214.357
Estoques	6	238.362	230.633
Tributos a recuperar		19.387	27.280
Outros ativos		29.077	32.308
		<u>689.466</u>	<u>700.515</u>
Ativos mantidos para venda	7	22.982	25.201
		<u>712.448</u>	<u>725.716</u>
Não circulante			
Contas a receber	5	6.169	3.194
Depósitos judiciais	8	172.646	177.154
Investimentos	9	14.465	14.503
Imobilizado	11	36.148.442	35.286.085
Intangível	12	29.090	33.687
		<u>36.370.812</u>	<u>35.514.623</u>
Total do ativo		<u><u>37.083.260</u></u>	<u><u>36.240.339</u></u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	13	327.816	413.848
Impostos e contribuições a recolher	14	57.452	52.039
Remunerações e encargos a pagar	15	256.476	248.697
Adiantamento de clientes	16	499.762	455.413
Partes relacionadas	17	93.701	25.471
Outras contas e despesas a pagar		3.981	673
		1.239.188	1.196.141
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	14	45.858	2.587
Remunerações e encargos a pagar	15	4.347	20.698
Adiantamento de clientes	16	136.726	141.909
Plano de previdência complementar	18.3	78.556	218.415
Provisão para processos judiciais	19	1.336.404	1.389.930
Partes relacionadas	17	222.788	226.662
Outras contas e despesas a pagar		3.471	3.133
		1.828.150	2.003.334
Patrimônio líquido			
Capital social	20.2	43.307.459	41.726.180
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		78.116	(75.068)
Prejuízos acumulados		(9.369.637)	(8.610.232)
		34.015.922	33.040.864
Total do passivo e patrimônio líquido		37.083.260	36.240.339

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	1.545.013	1.465.125
Custo dos serviços prestados	22	<u>(2.320.576)</u>	<u>(2.341.730)</u>
Prejuízo bruto		(775.563)	(876.605)
Receitas (despesas) operacionais	22		
Despesas com vendas		(42.905)	(26.034)
Despesas gerais e administrativas		(541.671)	(1.054.752)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>608.863</u>	<u>245.216</u>
		24.287	(835.570)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(751.276)	(1.712.175)
Resultado financeiro, líquido	23		
Receitas financeiras		15.012	16.256
Despesas financeiras		(18.513)	(11.623)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>(4.628)</u>	<u>6.202</u>
		(8.129)	10.835
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(759.405)	(1.701.340)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	24.2	-	-
Prejuízo do exercício		(759.405)	(1.701.340)
Prejuízo do exercício por ação (em R\$)			
Básico - ON	25.1	(95,99)	(225,26)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(759.405)	(1.701.340)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	(2.536)	(400)
Ganho (Perda) atuarial	155.720	(117.939)
Total do resultado abrangente	(606.221)	(1.819.679)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.010.915	(16)	43.271	(6.908.892)	33.145.278
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.701.340)	(1.701.340)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(400)	-	(400)
Perda atuarial	-	-	(117.939)	-	(117.939)
Integralização de capital	1.715.265	-	-	-	1.715.265
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.726.180	(16)	(75.068)	(8.610.232)	33.040.864
Prejuízo do exercício	-	-	-	(759.405)	(759.405)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	(2.536)	-	(2.536)
Ganho atuarial	-	-	155.720	-	155.720
Integralização de capital	1.581.279	-	-	-	1.581.279
Saldos em 31 de dezembro de 2021	43.307.459	(16)	78.116	(9.369.637)	34.015.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(759.405)	(1.701.340)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	677.854	683.302
Resultado na venda de investimentos	(137.847)	(30.858)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	79.084	6.784
Juros sobre passivo atuarial	15.861	10.250
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	(53.526)	552.461
Constituição de perda de crédito esperada	26.442	(50.519)
Redução ao valor recuperável de ativos	58.888	-
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	3.673	151
Resultado líquido ajustado	(88.976)	(529.769)
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(73.024)	127.772
Estoques	(11.402)	(5.508)
Tributos a recuperar	7.893	10.430
Depósitos judiciais	4.508	27.593
Outros ativos	3.231	(21.935)
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores	(86.032)	(116.128)
Remunerações e encargos a pagar	(8.572)	(97.761)
Impostos e contribuições a recolher	48.684	(12.699)
Adiantamento de clientes	39.166	66.158
Partes relacionadas	64.356	(5.068)
Outras contas e despesas a pagar	3.646	(2.354)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(96.522)	(559.269)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.619.610)	(1.695.249)
Aquisição de intangível	(15.460)	(139)
Alienação de ativos	160.476	52.450
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.474.594)	(1.642.938)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	1.581.279	1.715.265
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.581.279	1.715.265
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	10.163	(486.942)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	187.320	674.262
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	197.483	187.320
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	10.163	(486.942)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	1.591.202	1.511.159
Outras receitas	92.655	188.028
Constituição / (reversão) de perda de crédito esperada, líquida	(25.995)	52.819
	<u>1.657.862</u>	<u>1.752.006</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(360.748)	(402.856)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros ^(a)	(229.300)	(712.554)
Perdas com ativos	(9.006)	(4.236)
	<u>(599.054)</u>	<u>(1.119.646)</u>
Valor adicionado bruto	1.058.808	632.360
Depreciação e amortização	(677.854)	(683.302)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	380.954	(50.942)
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	269	2.109
Receitas financeiras	19.483	30.105
Receitas de subvenção	559.170	-
	<u>578.922</u>	<u>32.214</u>
Valor adicionado total a distribuir	959.876	(18.728)
Empregados		
Remuneração e encargos sociais	1.467.318	1.436.510
Honorário da diretoria e conselhos	2.815	2.862
Programa de Participação nos Resultados - pagamento (Reversão)	-	(7.344)
Plano de previdência	46.966	40.179
	<u>1.517.099</u>	<u>1.472.207</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	143.694	157.629
Estaduais	70	113
Municipais	24.781	23.373
	<u>168.545</u>	<u>181.115</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	10.565	8.804
Aluguéis	23.072	20.486
	<u>33.637</u>	<u>29.290</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(759.405)	(1.701.340)
	<u>(759.405)</u>	<u>(1.701.340)</u>
Valor adicionado total distribuído	959.876	(18.728)

(a) Os insumos classificados como "outros" incluem provisão para processos judiciais, entre outros itens.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo (“Companhia” ou “Metrô”), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,43% das ações ordinárias. A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integradas e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 1,914 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis em 2021.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho São Mateus – Jardim Colonial) e a Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto – Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em mon trilhos, além da extensão da Linha 4 – Amarela (Pátio Vila Sônia).

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema mon trilho) na estação Campo Belo, com previsão de demanda estimada entre 400 mil e 430.000 passageiros por dia útil, em operação comercial regular.

Linha 6 – Laranja: esta linha foi concedida à exploração da iniciativa privada e compreende tanto a execução da obra quanto a operação. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1–Azul.

Entre os principais eventos ocorridos em 2021 destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

Em 31 de dezembro de 2021, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 17.309 de 29/12/2020, no montante de R\$ 100.261 como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP da Linha 4 – Amarela, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto da concessão desta linha no sistema de arrecadação.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



ii) Subvenção em decorrência dos efeitos econômicos da pandemia da COVID-19

No ano de 2021, a Companhia recebeu do Governo do Estado de São Paulo - GESP a título de subvenção econômica o montante de R\$ 559.170 em decorrência de perdas extraordinárias incorridas devido a Pandemia da COVID-19.

iii) Nova estação na Linha 4 – Amarela – Vila Sônia

A estação Vila Sônia, da Linha 4 – Amarela, começou a operar no dia 18 de dezembro de 2021, em esquema de operação assistida, com horário reduzido das 10 às 13 horas, sem cobrança de tarifa.

iv) Nova estação na Linha 15 – Prata – Jardim Colonial

A estação Jardim Colonial, da Linha 15 – Prata, começou operar em 29 de dezembro de 2021, de forma assistida, durante o horário reduzido das 10 às 15 horas, com a cobrança de tarifa. Estimamos que esta linha receberá de 25 mil a 30 mil passageiros por dia (não auditado) quando estiver operando em horário integral.

v) Impactos financeiros gerados pela pandemia da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde “OMS” declarou situação de pandemia mundial em decorrência da velocidade de propagação da contaminação pelo novo coronavírus (“COVID-19”), causando impactos financeiros generalizados.

Neste contexto, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atingiu o Estado de São Paulo, e dispôs sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, com medidas para tentar reduzir a velocidade de propagação e disseminação da doença, dentre elas: a recomendação de distanciamento social, restrições para funcionamento de escritórios, serviços não essenciais, comércio, shoppings centers, escolas, dentre outras atividades econômicas. Dentre as medidas adotadas no Estado, a restrição da circulação da população resultou em queda da arrecadação dos serviços de transporte, bem como na redução significativa da receita não tarifária.

O volume de passageiros transportados na rede, em 2021, foi maior em 4,0%, em comparação com o período correspondente em 2020. Foram transportados 576 milhões (não auditado) de passageiros em 2021, enquanto em 2020 foram transportados 554 milhões (não auditado) de passageiros. A média de passageiros transportados em dias úteis foi de 1,91 milhões (não auditado) de passageiros em 2021 e de 1,84 milhões (não auditado) em 2020, apresentando aumento de 3,8% (não auditado).

Para enfrentar esse cenário desafiador, a Companhia vem atuando ativamente no sentido de: buscar iniciativas de arrecadação, monitorar atentamente a evolução da recuperação da demanda por transporte de passageiros, estabelecer estratégias financeiras e operacionais alinhadas com as necessidades e capacidade da Companhia, sempre buscando minimizar os impactos na entrega do serviço à Sociedade.

Entre outras ações, as seguintes medidas foram tomadas pela Companhia:

- Promoção de ações de controle rigorosas para garantir o fluxo mínimo de pagamentos necessários visando a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos que podem ser refletidos na prestação de serviços aos seus clientes;
- Atuação com foco no corte de despesas e na renegociação de contratos de determinados serviços;

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Adoção do teletrabalho permanente para alguns setores administrativos e a entrega de imóveis corporativos, bem como a venda de imóveis com finalidade administrativa;
- Intensificação das ações que visam o incremento de receitas não tarifárias.

A Companhia estima a recuperação parcial do volume de passageiros transportados, ao longo de 2022, e continuará empenhando esforços significativos para a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro. Dentre as principais iniciativas previstas estão:

- Plano de Demissão Incentivada (PDI); e
- Captação de recursos financeiros por meio de emissão de debêntures;

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 526.740, apurou prejuízo de R\$ 759.405 e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 96.522.

1.1 Contexto societário

i) Aporte de capital

Em 31 de dezembro de 2021 foi concluído o ciclo de aportes de capital em moeda de 2021 pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R\$ 1.581.279 (R\$ 1.131.959 em dezembro de 2020).

ii) Aporte de capital em Bens – Aporte de trens e sobressalentes

Em 09 de dezembro de 2020, foram subscritos e integralizados no capital R\$ 583.306, correspondentes a 126.404 ações, referentes a incorporação de 26 trens e sobressalentes adquiridos pelo GESP por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e em utilização na Linha 5 – Lilás.

A sede oficial da Companhia está localizada na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, Centro, São Paulo, Brasil.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (processo 0031997-85.2013.8.26.0053).

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 - Lilás e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2 - Verde (40015212).

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 o caso foi transitado em julgado no CADE.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

ii) Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a Superintendência geral da autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto aquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se tornarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Há uma ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual em 2011 (processo 0041369-29.2011.8.26.0053), que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. As empresas interpuseram, estando pendente de julgamento. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

A Companhia do Metrô, em janeiro de 2021, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão SA e Construtora OAS Ltda, no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça. No estágio atual, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, os quais não possuem previsão de julgamento.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para confirmação de recebimento de propina durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6,6 milhões a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Processo corre na 3ª Vara Criminal Federal, sob o nº 0005803-30.2017.4.03.6181 e ainda não tem decisão de 1ª instância, permanecendo em segredo de justiça. Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correia Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

Companhia do Metrô de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. Até a publicação desta nota, a Companhia e o GESP ainda não foram intimados para a referida ação.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance* e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

Sistema de bilhetagem do Bilhete Único - BU:

A Companhia, na condição de participante do Convênio do Sistema Bilhete Único - BU, gerido pela SPTrans, é parte integrante do Comitê Gestor de Integração - CGI.

O Comitê Gestor de Integração é formado por 4 representantes da SPTrans, 1 representante de cada partícipe que são: Metrô, CPTM, Vem ABC, ViaQuatro, Move São Paulo, ViaMobilidade, além de 2 representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT e finalmente por 1 representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM.

A Companhia do Metrô, de forma independente ao CGI notificou extrajudicialmente a SPTrans sobre eventuais desvios de valores na arrecadação do sistema BU.

O CGI deliberou pela realização de auditoria financeira independente e na qualidade de partícipe do convênio, a Companhia do Metrô realizou a contratação em nome do CGI. A referida contratação foi encerrada, em 2020, sem o cumprimento de seu escopo por indisponibilidade dos dados pela SPTrans, empresa municipal proprietária e gerenciadora do Sistema de Bilhetagem do BU.

Associação de Apoio de Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo (“ABASP”):

Em 18 de julho de 2019, a Companhia se tornou membro especial da ABASP, entidade privada que tem como objetivo principal a operação de um novo sistema de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros. Dentre os principais objetivos da ABASP, destacam-se a modernização do sistema de arrecadação nas bilheterias da Companhia como o aplicativo “Top”, desenvolvido para compra de créditos eletrônicos pelo método “QR-Code”, visando a substituição do bilhete Edmonson. Na condição de membro especial, a Companhia possui direito a voto e veto sobre as principais decisões no âmbito da Associação, permitindo uma participação de forma ativa no processo de padronização e uniformização da proposta que envolve um novo sistema de bilhetagem e arrecadação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A Companhia afirma que todos os fatos relevantes próprios das demonstrações financeiras, e somente eles, os quais correspondem aos utilizados pela Administração da Companhia em sua gestão estão sendo evidenciados.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de gerar ajustes materiais estão apresentadas a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, quando disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

ii) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida pela Companhia considerando o prazo de geração de benefícios econômicos dos ativos, com base na experiência e laudos internos dos empreendimentos de construção metroviário – estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva.

A vida útil dos ativos intangíveis de vida útil definida é embasada na avaliação da Companhia quanto a geração dos benefícios econômicos futuros, na experiência de negócios e nas determinações contratuais.

iii) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são definidas com base em pareceres de assessores jurídicos.

iv) Passivo atuarial

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes a planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas, biométricas e demográficas, dentre as quais, as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2022.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas pela Companhia na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros.

Ativos e passivos financeiros poderão ser compensados e o valor líquido residual, se houver reportado no balanço patrimonial na posição final de direito ou obrigação.

b) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) ao valor justo por meio do resultado, ii) custo amortizado e iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende do modelo de negócio para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- i) Valor justo por meio do resultado é composto por ativos financeiros e aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, dependendo do resultado.
- ii) Custo amortizado é composto pelos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio para: (a) receber o fluxo de caixa contratual e; e (b) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (“SPPJ”).

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes é composto por títulos patrimoniais, com as seguintes características: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo.

Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, quando aplicável, mantendo assim a posição financeira líquida:

3.3 Contas a receber

O contas a receber de clientes é registrado líquido de perdas de crédito no momento do reconhecimento da venda de ativos, locações de espaços, participação em empreendimentos imobiliários, ressarcimento de valores ou advindos de outras operações comerciais de prestação de serviços adjacentes à operação de transporte.

A Companhia constitui perdas de crédito esperadas sobre os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas.

As perdas de crédito esperadas são avaliadas com base na NBC TG 48 – “Instrumentos Financeiros”, e prevê que os recebíveis comerciais sejam mensurados através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

3.4 Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perda por obsolescência, constituídas para cobrir eventuais perdas identificadas ou estimadas pela Administração.

A Companhia avalia continuamente se um estoque está obsoleto, e considera nesta avaliação entre outros fatores, a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que podem resultar na obsolescência de matérias.

3.5 Investimentos

Os investimentos correspondem aos terrenos e imóveis para investimento e obras de arte. Os terrenos para investimento foram adquiridos inicialmente para as obras de expansão da rede metropolitana, e são classificados como investimentos se o propósito e utilização da Companhia resultar em valorização do capital ou recebimentos de rendas por locação. As obras de arte referem-se as obras doadas para o Metrô e se encontram expostas nas estações.

Os investimentos são contabilizados pelo método de custo, incluindo os custos de transação incorridos no reconhecimento inicial do ativo.

3.6 Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda. Para a companhia, a condição para a classificação como ativo mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração ou o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses. Para os casos em que não houver o cumprimento do prazo de

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



venda de até 12 meses, devido a circunstâncias fora do controle da Companhia, e, se ainda houver a intenção de alienação a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda são compostos principalmente por terrenos e imóveis, são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando incorridas.

Durante o processo de constituição de um ativo, os valores gastos são alocados na rubrica imobilizado em andamento de acordo com suas respectivas categorias, terrenos, sistemas, material rodante e obra civil. Quando o ativo está concluído e inicia-se o uso, com a cobrança de tarifa, os valores são reclassificados para a linha de imobilizado em uso e depreciados de acordo com a vida útil.

Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, uma vez que não possuem características que permitem sua capitalização.

Os bens do ativo imobilizado, com exceção de terrenos, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício de acordo com a vida útil econômica estimada para cada grupo de ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a revisão da vida útil de seus ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil e, quando incorridos, são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo fluam para a Companhia, podendo ser o prazo final do contrato ou a vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas, quando incorridos, na demonstração de resultados.

3.9 Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível – teste de *impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável de sua UGC, representada pelo principal ativo da Companhia, a malha metroferroviária.

A avaliação sobre o valor recuperável do imobilizado é demonstrada na Nota Explicativa nº 11.

Eventuais perdas do valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

3.10 Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações assumidas por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.11 Provisão para contencioso judicial e administrativo e passivos contingentes

A Companhia constitui provisão para processos judiciais com base em avaliações de probabilidades de perdas, considerando a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis e outras fontes que podem afetar a estimativa da carteira de processos.

As estimativas em relação à probabilidade de perda são revisadas periodicamente e os processos são atualizados mensalmente por indicadores financeiros aplicáveis.

3.12 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.13 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Benefícios a empregados

i) Programa de participação nos resultados – PPR

A Companhia possui programa de participação nos resultados baseado em metas a serem atingidas corporativamente, nos quais os valores são estimados com base nos montantes previstos no programa para cada faixa profissional. Os valores são provisionados no resultado do exercício de acordo com o montante previsto para liquidação da obrigação pela Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o programa de participação nos resultados foi suspenso em observação ao Ofício Circular CODEC 009/2020 que determinou que enquanto perdurarem os efeitos da pandemia da COVID-19 ficam suspensas a fixação de metas e a realização de avaliações relacionadas a programas de participação nos resultados da Companhia.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo concedidos aos seus administradores ou colaboradores.

ii) Programa de Desligamento Incentivado – PDI

A Companhia possui um Programa de Desligamento Incentivado – PDI cujo período de adesão dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

Os montantes previstos para fazer frente aos benefícios financeiros deste programa são registrados no momento do desligamento dos colaboradores que aderiram ao programa em resultado, visto que neste momento é atendido os requisitos legais que resulta na obrigação não cancelável da Companhia para atendimento da obrigação.

O programa prevê a definição pela companhia quanto aos desligamentos dos funcionários que efetuaram adesão em até 12 meses, cujo período de assinatura do Termo de Adesão foi de 13 de dezembro de 2021 a 14 de janeiro de 2022.

iii) Previdência suplementar (Plano de Previdência Privada)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

A Companhia reconhece no passivo atuarial o valor correspondente ao cumprimento de sua obrigação com o plano, na extensão de sua obrigação contributiva, que representa 50% do total do passivo do plano a ser equacionado na data base finda em 31 de dezembro de 2021.

- Plano I – Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrus – Instituto de Seguridade

Social, entidade fechada de previdência suplementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

- Plano II – Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrô – Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.15 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício. A Companhia destina para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, o montante de subvenção e assistência governamental reconhecidos quando é apurado lucro contábil no respectivo exercício.

Subvenções para investimento são registradas em contrapartida do passivo e reconhecido no resultado de acordo com a vida útil dos ativos relacionados, conforme requerimentos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui subvenção para investimentos, conforme mencionado na nota 16 Partes Relacionadas.

Subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do período em outras receitas operacionais caso não estejam vinculadas a execução de uma obrigação pela companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu do GESP subvenções para custeio, em decorrência dos efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 para cobertura de fluxo de caixa.

3.16 Receita de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes.

A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

- i) Receita tarifária

A Companhia presta serviços de transporte metroviário, sendo as respectivas receitas reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo passageiro, ou seja, em momento específico.

ii) Receita não tarifária

A Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como, locação de espaços, ações de publicidade e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários junto às estações metroviárias, além da prestação de outros serviços especializados e consultorias. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas a medida em que são satisfeitas as obrigações de desempenho que podem ser em momento específico ou ao longo do tempo.

iii) Receita com gratuidades

Por meio de políticas públicas, a Companhia realiza o transporte de passageiros gratuitos e reconhece a receita com base na tarifa padrão, no momento em que o passageiro é transportado. As gratuidades são registradas em contrapartida ao contas a receber. Caso o ressarcimento seja antecipado, os valores são registrados como receita diferida e realizados com base na utilização.

3.17 Transações com partes relacionadas

A companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança e políticas corporativas adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente.

As principais partes relacionadas a Companhia são os acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

3.18 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

i) Revisão Nº 17 estabeleceu alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”. Estas alterações são efetivas para os exercícios em 1º de janeiro de 2021 e não trazem impactos para a Companhia.

ii) Alterações na IFRS 16– Arrendamentos (NBC TG 06 (R3): expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as permissões feitas ao arrendamento devido a pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma permanece efetiva para exercícios que vão além de 30 de junho de 2021. Não houve impactos decorrentes deste expediente prático para a Companhia.

Não há outras normas ou interpretações com impacto na operação da Companhia cuja aplicação inicia-se em períodos futuros.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos - custeio	10.068	10.267
Caixa e bancos - investimento	1.215	3.938
Total de caixa e bancos	11.283	14.205
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	131.713	77.276
Aplicações - investimento	54.487	95.839
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	186.200	173.115
Total de custeio	141.781	87.543
Total de investimento	55.702	99.777
Total de caixa e equivalentes de caixa	197.483	187.320

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média é de 56,11% do CDI. (44,60% em 31 de dezembro de 2020).

5 Contas a receber

5.1 Contas a receber, líquidos

	31/12/2021	31/12/2020
Terceiros	288.791	258.008
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP ^(a)	155.141	172.535
Outros ^(b)	8.630	8.330
	452.562	438.873
Perda de crédito esperada	(247.317)	(221.322)
Total do contas a receber, líquido	205.245	217.551
Total - circulante	199.076	214.357
Total - não circulante	6.169	3.194

^(a) GESP e Metrô celebraram entre si, em 30 de outubro de 2015, Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros, no montante de R\$ 13.201 em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, não há montantes a receber referente ao ressarcimento de gratuidades.

^(b) Em 31 de dezembro de 2021 inclui R\$ 1.577 referente a montantes a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$ 2.970.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	188.245	(3.078)	185.167	198.141	(492)	197.649
Vencidos até 30 dias	8.145	(3.569)	4.576	6.811	(962)	5.849
Vencidos de 31 até 60 dias	7.419	(3.649)	3.770	5.215	(3.694)	1.521
Vencidos de 61 até 90 dias	4.375	(2.257)	2.118	10.044	(2.824)	7.220
Vencidos de 91 até 180 dias	11.341	(3.146)	8.195	9.554	(4.242)	5.312
Vencidos de 181 até 360 dias	13.976	(12.557)	1.419	11.347	(11.347)	-
Vencidos superiores a 360 dias	219.061	(219.061)	-	197.761	(197.761)	-
Total	452.562	(247.317)	205.245	438.873	(221.322)	217.551
Total - circulante	446.393	(247.317)	199.076	435.679	(221.322)	214.357
Total - não circulante	6.169	-	6.169	3.194	-	3.194

A Companhia estima a perda esperada para as operações de crédito através da aplicação da abordagem simplificada, prevista no CPC - 48 Instrumentos Financeiros (NBC TG 48), por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

5.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(221.322)	(274.140)
(Adições) / reversões	(26.442)	50.519
Créditos baixados definitivamente da posição	447	2.299
Total	(247.317)	(221.322)

6 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais de uso comum e administrativo	7.637	7.156
Materiais de reposição	169.137	154.387
Materiais de consumo geral e manutenção	35.715	36.683
Materiais em poder de terceiros ^(a)	29.415	31.176
Outros	756	1.856
(-) Materiais obsoletos	(4.298)	(625)
Total	238.362	230.633

(a) Trata-se de materiais enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes. Deste total, o montante de R\$ 28.680 encontra-se em poder da Via Mobilidade para a operacionalização da Linha 5 – Lilás.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



6.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(625)	(474)
Adições	(6.181)	(784)
Reversões	2.508	633
Total	(4.298)	(625)

A Companhia não possui itens de estoque oferecidos em penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

7 Ativos mantidos para venda

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos mantidos para venda - saldo inicial	25.201	-
Adições	20.372	25.201
Baixas	(22.591)	-
Total	22.982	25.201

8 Depósitos judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	55.815	59.456
Cíveis	35.703	37.049
Tributários e previdenciários	80.050	79.571
Outros depósitos	1.078	1.078
Total	172.646	177.154

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota 27 – Cobertura de Seguros. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 177.998.

9 Investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos para investimentos - saldo inicial	9.389	14.760
Adições	-	35.349
Baixas	(38)	-
Transferência para ativos mantidos para venda ^(a)	-	(40.720)
Total	9.351	9.389
Obras de arte	5.114	5.114
Total	14.465	14.503

^(a) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a transferências realizadas no período para a rubrica Ativos mantidos para venda.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



10 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Administradores		
Remuneração	2.609	2.561
Participação nos resultados - PPR	-	9
Encargos sociais	540	540
Benefícios	226	218
Previdência suplementar	41	38
Total	3.416	3.366
Conselhos e Comitê de Auditoria	1.484	1.532
Total no período	4.900	4.898
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	11	10
Conselho Fiscal - efetivos	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	3
Diretoria Executiva	6	6

O maior honorário atribuído a dirigente em 31 de dezembro de 2021, em consonância a Lei nº 8.852/94, corresponde a R\$ 21.939,31 para diretor estatutário (parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC nº 001/2019) e a R\$ 33.126,53 para diretor não estatutário.

11 Imobilizado

11.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas ^(c)	Transferências	31/12/2021
Custo						
Obras civis ^(a)		20.373.171	39.167	(3.647)	9.177	20.417.868
Sistemas ^(b)		11.177.872	3.047	(21.271)	773.988	11.933.636
Terrenos		2.727.795	324.167	(20.487)	247	3.031.722
Obras em andamento ^(d)		6.121.497	1.177.578	(57.610)	(704.181)	6.537.284
Adiantamentos		388.213	75.651	-	(79.231)	384.633
Total		40.788.548	1.619.610	(103.015)	-	42.305.143
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(2.887.744)	(303.116)	3.559	-	(3.187.301)
Sistemas ^(b)	2,90%	(2.614.719)	(354.681)	-	-	(2.969.400)
Total		(5.502.463)	(657.797)	3.559	-	(6.156.701)
Total imobilizado		35.286.085	961.813	(99.456)	-	36.148.442

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.
- (b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.
- (c) Do montante de R\$ 103.015 apresentado na rubrica de baixas, R\$ 57.725 se refere a baixa do projeto e gastos iniciais da Linha 6- Laranja, R\$ 21.271 a ajuste no imobilizado em decorrência de revisão de valor, e R\$ 20.381 a terrenos reclassificados para a rubrica Ativos mantidos para venda.
- (d) As principais movimentações em transferências no período foram equipamentos de sistemas para a Linha 15 – prata, de R\$ 685.341.

a) Avaliação anual de valor não recuperável de ativo (*impairment*)

Teste de *impairment* da unidade geradora de caixa (“UGC”)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou análise do valor recuperável de sua UGC formada pela malha metroferroviária, conforme os requerimentos da NBC TG 01 (R4), que inclui os seguintes ativos: obras civis, sistemas e terrenos.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável da UGC estão suportadas por projeções internas (plano plurianual), aprovado pelo Conselho de Administração. Para o período após quatro anos aplica-se a extrapolação utilizando a ponderação da vida útil econômica dos ativos componentes da UGC. As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

- i) Taxa de desconto: a Companhia aplica o custo médio ponderado de capital (CMPC), com base em elementos diretamente observáveis e aplicáveis a seu negócio. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa é de 7,67%.
- ii) Demanda: considera recuperação da queda de passageiros transportados no médio/longo prazo. A demanda também é calculada com base na capacidade de oferta de serviços de transporte da Companhia, levando em consideração a malha metroferroviária em operação;
- iii) Receita: utiliza como premissa a tarifa padrão praticada atualmente, com reajuste anual pela inflação. Cabe destacar que as tarifas praticadas pela Companhia são determinadas com base em políticas públicas determinadas pelo GESP;
- iv) Custos operacionais: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores como inflação;
- v) Variáveis de mercado: inflação, taxa de juros, entre outros.

Os resultados obtidos com por meio do cálculo do valor em uso são superiores ao valor contábil da UGC e, portanto, não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável

11.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		Total do ativo imobilizado
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		3.515.479	8.186.591	11.702.070
Sistemas ^(b)		1.172.894	2.445.354	3.618.248
Terrenos		218.330	838.123	1.056.453
Obras em Andamento		1.071.260	123.645	1.194.905
Total		5.977.963	11.593.713	17.571.676
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(428.784)	(399.493)	(828.277)
Sistemas ^(b)	2,90%	(264.894)	(240.555)	(505.449)
Total		(693.678)	(640.048)	(1.333.726)
Total do imobilizado sob concessão		5.284.285	10.953.665	16.237.950

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

12 Intangível

12.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		100.152	15.460	115.612
Amortização		(66.465)	(20.057)	(86.522)
Total do intangível		33.687	(4.597)	29.090

13 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Terceiros nacionais		
Empreiteiras - obras civis	56.458	134.065
Fornecedores de sistemas	156.119	160.218
Prestação de serviços	63.442	72.041
Energia elétrica	6.135	6.587
Outros	32.588	40.823
Fornecedores nacionais	314.742	413.734
Fornecedores internacionais	13.074	114
Total	327.816	413.848

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



14 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	2.899	2.713
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	17.591	17.523
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.400	35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28.588	28.202
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	4.496	2.119
Parcelamentos tributários	934	934
Outros impostos e contribuições ^(a)	544	513
Total	57.452	52.039
Não circulante		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU ^(b)	44.134	-
Parcelamentos tributários	1.724	2.587
Total	45.858	2.587
Total geral	103.310	54.626

^(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

^(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que suspenderam o recolhimento de IPTU de imóveis sob sua titularidade. Tal decisão se ampara no fato da Companhia prestar serviço de utilidade pública, o que permite a suspensão da exigibilidade do tributo. Entretanto, por se tratar de decisão liminar, a Companhia continua registrando os valores devidos como passivo até que a decisão seja transitada em julgado.

15 Remunerações e encargos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	33.420	7.413
Encargos sociais	53.039	57.986
Parcelamentos previdenciários	963	1.792
Férias	126.673	125.094
Programa de demissão voluntária - PDV	18.648	47.298
Participação no resultado - PPR	24.927	26.296
Outros valores a pagar ^(a)	3.153	3.516
	260.823	269.395
Total - circulante	256.476	248.697
Total - não circulante	4.347	20.698
Total de remunerações e encargos a pagar	260.823	269.395

^(a) Inclui: Verbas rescisórias e pensões judiciais.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



16 Adiantamento de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Créditos em poder do passageiro ^(a)	481.048	449.599
Locações a apropriar	846	1.220
Centros comerciais	3.898	3.898
Outros	13.970	696
Total	499.762	455.413
Não circulante		
Centros comerciais	126.582	131.398
Outros	10.144	10.511
Total	136.726	141.909
Total geral	636.488	597.322

(a) Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson e Bom. Os créditos adquiridos pelos passageiros não estão sujeitos a um período limite para sua utilização.

17 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política vigente aprovada pelo Conselho de Administração para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

		31/12/2021			31/12/2020		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	155.141	-	155.141	172.535	-	172.535
Outros	C/R - Diversos ^(b)	8.630	-	8.630	8.330	-	8.330
		163.771	-	163.771	180.865	-	180.865
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(c)	(3.874)	(222.788)	(226.662)	(3.874)	(226.662)	(230.536)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(d)	(22.162)	-	(22.162)	(21.597)	-	(21.597)
GESP	C/P - Gratuidades a apropriar ^(e)	(67.665)	-	(67.665)	-	-	-
		(93.701)	(222.788)	(316.489)	(25.471)	(226.662)	(252.133)
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Integralização de capital ^(f)	-	-	(1.581.279)	-	-	(1.715.265)
		-	-	(1.581.279)	-	-	(1.715.265)
		31/12/21			31/12/20		
Resultado							
GESP	Subvenção para custeio ^(g)	-	-	(559.170)	-	-	-
GESP	Receita com gratuidades ^(h)	-	-	(188.022)	-	-	(234.200)
GESP	Receita de alienação de imóvel ⁽ⁱ⁾	-	-	(81.000)	-	-	-
CBTU	C/P - Convênios ^(c)	-	-	(3.874)	-	-	(3.874)
Administração	Despesas com folha ^(j)	-	-	4.900	-	-	4.898
Total		-	-	(827.166)	-	-	(233.176)

(a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros, no montante de R\$ 13.201, conforme nota explicativa nº 5.1.

- (b) Conforme demonstrado na nota 5.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia a empresas ligadas.
- (c) Refere-se a subvenção para investimento originado de convênio firmado com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU para repasse de R\$ 270 milhões de reais recebidos como subvenção do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para prosseguimento das obras da Linha 2 – Verde, conforme disposto na Medida Provisória nº 408 de dezembro de 2007. O montante recebido é reconhecido em conta de resultado pelo regime de competência, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.
- (d) Montantes a pagar ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
- (e) Referem-se a valores recebidos do GESP referente a gratuidades, no transporte de passageiros.
- (f) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.
- (g) Refere-se a subvenção para custeio recebida do GESP, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, conforme nota explicativa nº 22.
- (h) Reconhecimento no período de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 21.
- (i) Refere-se a alienação do Edifício Metrô I ao GESP, localizado na Rua Augusta, 1.626, São Paulo. O valor da venda foi recebido integralmente em dezembro de 2021.
- (j) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.

18 Planos de previdência complementar

18.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltado aos seus empregados e administrado pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados contratados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados contratados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que, no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante das obrigações futuras registradas desses benefícios no Plano I é de R\$ 93.318 e R\$ 238.403 respectivamente.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2021, o montante de contribuição da patrocinadora para o Plano II é de R\$ 7.032, valor referente ao benefício definido.

18.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2021	31/12/2020
Duração média de pagamentos - Plano I	10,50 anos	10,92 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	14,58 anos	14,92 anos
Taxa de desconto - Plano I	5,21% a.a.	3,79% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	5,30% a.a.	4,23% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,50% a.a.	3,00% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	MI-85 M/F	MI-85 M/F

A variação nas premissas taxa de desconto e taxa de crescimento salarial teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2021:

Análise de Sensibilidade Plano I	Variação	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	Real	Taxa de Desconto	Taxa de Desconto
Valor presente das obrigações atuariais	1.575.137	1.496.201	1.660.220
Taxa de crescimento salarial	Real	Cresc. Salarial	Cresc. Salarial
Valor presente das obrigações atuariais	1.575.137	1.571.110	1.581.771

18.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	180.454
Custo do serviço corrente	14.954
Juros sobre obrigação atuarial	13.207
Contribuições da patrocinadora	(7.664)
Perdas atuariais - ORA (2020)	235.879
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	436.830
Ajuste Perdas atuariais - ORA (2020) ^(a)	22.340
Custo do Serviço Corrente	7.693
Juros sobre obrigação atuarial	31.152
Contribuições da patrocinadora	(7.124)
Ganhos atuariais - ORA (2021)	(333.779)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	157.112
Valor presente das obrigações atuariais	1.575.137
Valor justo dos ativos do plano	(1.418.025)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	157.112
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	78.556

^(a) O montante refere-se ao ajuste real em relação à projeção para inflação em 2021, calculada no exercício anterior. Tal evento possui contrapartida na rubrica de Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 147.987 (Em 31 de dezembro de 2020, o montante pago foi de R\$ 125.945).

19 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualizações monetárias	Liquidações/ reversões	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	298.375	10.219	24.035	(37.989)	294.640
Cíveis	1.082.762	46.324	158.308	(245.744)	1.041.650
Tributários e previdenciários	8.793	-	297	(8.976)	114
Total	1.389.930	56.543	182.640	(292.709)	1.336.404

19.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 4.814 processos de natureza trabalhista.

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

19.2 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 772 processos de natureza cível.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrus também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. Em 31 de dezembro de 2021, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 713.659 (R\$ 610.556 em 31 de dezembro de 2020).

Consórcio Construcap Constran

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Consórcio Construcap Constran, decorrente de contrato firmado entre as partes no ano de 2009, cujo objeto corresponde à execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento, e implantação da superestrutura da via permanente de trecho da Linha 5 – lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro gerado pelo aumento do prazo da obra, bem como declaração de nulidade da multa imposta após regular processo administrativo em decorrência de atrasos na execução do objeto contratado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R\$ 98.859. (R\$ 82.661 em dezembro de 2020).

As principais movimentações no período no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

Boulevard São Bento

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Boulevard São Bento, decorrente de contrato firmado entre as partes para concessão de uso de espaços na Estação São Bento, da Linha 1 - Azul da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro, gerado em decorrência de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia.

Entretanto, em decorrência de decisão ocorrida no mês de junho de 2021 que anulou a sentença proferida anteriormente, face às novas perspectivas motivadas por tal decisão, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda de tal processo e reclassificou de “provável” para “possível”.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pela Inepar Equipamentos e Montagens S.A, referente a pleito de desequilíbrio econômico-financeiro. Em face da sentença, a Companhia interpôs recurso de Apelação e o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao apelo, julgando improcedente a demanda. A Companhia reavaliou a probabilidade de perda de tal processo e reclassificou de “provável” para “possível”.

19.3 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 742 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	392.560	291.131
Cíveis ^(a)	3.994.492	3.353.906
Tributários e previdenciários	56.640	28.004
Total	4.443.692	3.673.041

^(a) Os cinco maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A, Consórcio Metropolitano 5 e Bombardier Transportation Brasil. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 2.158.210 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 52.674.522.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

20.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 43.307.459, composto por 7.911.418 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada (Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 41.726.180 e é composto por 7.552.900 ações ordinárias). Em 31 de dezembro de 2021, o GESP realizou a integralização de capital no montante de R\$ 1.581.279, composto por 358.518 ações ordinárias.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	7.708.211	97,43%	7.348.650	97,30%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,56%	202.032	2,67%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,02%
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	-	0,00%	1.043	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	7.911.418	100,00%	7.552.900	100,00%

Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



21 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita tarifária	1.215.958	1.112.087
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	188.022	234.200
Desenvolvimento imobiliário	91.447	71.068
Varejo	39.936	38.119
Mídia e publicidade	42.690	42.866
Telecomunicações	12.968	14.750
Outros negócios	182	28
Receita não tarifária	187.223	166.831
Receita operacional bruta	1.591.203	1.513.118
Deduções e abatimentos	-	(1.958)
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(46.190)	(46.035)
Deduções e impostos	(46.190)	(47.993)
Receita operacional líquida	1.545.013	1.465.125

(a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

(b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 inclui os montantes de R\$ 28.083 e R\$ 30.589 respectivamente, referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



22 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.225.407)	(1.199.109)
Materiais	(60.873)	(52.066)
Energia elétrica de tração	(153.507)	(193.222)
Serviços	(156.321)	(164.825)
Gastos gerais	(69.804)	(71.948)
Depreciação e amortização	(654.664)	(660.560)
	(2.320.576)	(2.341.730)
Despesas com vendas		
Pessoal	(23.299)	(23.252)
Materiais	2	(1)
Serviços	(1.581)	(1.996)
Gastos gerais	(18.022)	(778)
Depreciação e amortização	(5)	(7)
	(42.905)	(26.034)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(297.684)	(273.844)
Materiais	(2.381)	(1.920)
Serviços	(90.948)	(71.964)
Gastos gerais ^(a)	(127.473)	(684.290)
Depreciação e amortização	(23.185)	(22.734)
	(541.671)	(1.054.752)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receitas com a prestação de outros serviços	14.545	9.885
Multas contratuais	4.370	8.672
Resultado na alienação de ativos	137.847	31.285
Créditos convênio CBTU	3.874	3.874
Baixas de imobilizados e intangível	(57.800)	(40)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ^(b)	506.027	191.540
	608.863	245.216
	(2.296.289)	(3.177.300)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu a provisão para perda dos processos judiciais do Boulevard São Bento, no valor de R\$ 145.195, e da Inepar, no valor de R\$ 84.725, conforme nota explicativa nº 19.4.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 559.170 a título de subvenção econômica recebida do GESP, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



23 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.595	10.931
Juros ativos	4.106	2.710
Descontos obtidos	8.057	8.007
Ajuste a valor presente	(746)	(5.392)
	<u>15.012</u>	<u>16.256</u>
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(2.156)	(1.089)
Despesas com juros atuariais	(15.861)	(10.248)
Outras despesas financeiras	(496)	(286)
	<u>(18.513)</u>	<u>(11.623)</u>
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias líquidas	(4.895)	5.903
Variações cambiais líquidas	267	299
	<u>(4.628)</u>	<u>6.202</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(8.129)</u></u>	<u><u>10.835</u></u>

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais	5.553.636	5.105.270
Base negativa da contribuição social	5.204.917	4.777.265

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



24.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(759.405)	(1.701.340)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	258.198	578.455
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:		
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(1.932)	(1.941)
Demais adições e exclusões, líquidas	(124.057)	(117.732)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	(132.209)	(458.782)
	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>

^(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

25 Resultado por ação

25.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(759.405)	(1.701.340)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	7.911	7.553
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	7.911	7.553
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	<u>(95,99)</u>	<u>(225,26)</u>

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações, que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

26 Instrumentos financeiros e fatores de risco

26.1 Gestão de riscos financeiros

a) Contexto geral

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. Neste sentido, as atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários.

b) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado. A classificação depende da análise da carteira de títulos como um todo, levando em consideração as características dos fluxos de caixa contratados e o objetivo do modelo de negócio de gestão dos ativos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento, eles são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes		Custo amortizado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	197.483	187.320	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários ^(a)	-	-	6.081	8.617	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	205.245	217.551
Outros ativos	-	-	-	-	29.077	32.308
	197.483	187.320	6.081	8.617	234.322	249.859
Passivo						
Fornecedores	-	-	-	-	327.816	413.848
Partes relacionadas	-	-	-	-	316.489	252.133
Outras contas e despesas a pagar	-	-	-	-	7.452	3.806
Total	-	-	-	-	651.757	669.787

(a) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.2 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.

26.3 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB- concedida pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poor's, BB+ concedida pela Moody's.

26.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações.

A Companhia avalia que a participação de fornecedores estrangeiros em suas obrigações contratuais não é material na data das demonstrações financeiras.

26.5 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

26.6 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

26.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

26.8 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) Índice de limite máximo de endividamento, expresso pelo limite de representatividade de até 1% do total do passivo oneroso sobre o total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) Índice de cobertura, evidência o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui passivo oneroso para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 67,8% no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 69,9% em 31 de dezembro de 2020.

26.9 Garantias

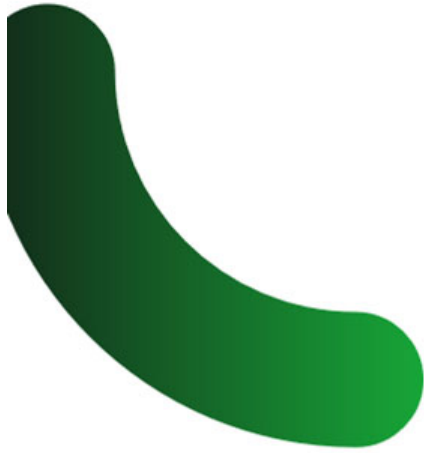
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui garantias reais vinculadas a operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 3.457 (R\$ 3.906 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota 27 – Cobertura de Seguros. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 177.998.

27 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

	31/12/2021	31/12/2020
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	1.180.228	1.024.365
Seguro garantia judicial	400.000	200.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	98.500	128.336
Seguro garantia compra de energia	104.015	104.015
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	3.212	2.610
Total	1.815.955	1.489.326



WWW.METRO.SP.GOV.BR

